

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Estado de S. Paulo

[Título: O nó do funcionalismo](#) 6

Correio Braziliense

[Título: Tarifa pode subir após venda da Eletrobrás](#) 9

Valor Econômico

[Título: Petróleo em alta e leilões podem render R\\$ 56 bilhões neste ano](#) 11

[Título: Acordo ressuscita solução para elétricas](#) 16

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Multitarefa 2

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 4

Título: Mais Energia, Menos Economia 4

Título: Com nova política, BNDES vende R\$ 21 bi em participações de empresas 4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 6

Título: O nó do funcionalismo 6

Título: » Voou 8

Autor: Anne Warth/ BRASÍLIA 8

Título: Funcionários da Aneel querem indicar diretor 8

VEÍCULO:	Correio Braziliense	9
	Título: Tarifa pode subir após venda da Eletrobrás.....	9
VEÍCULO:	Valor Econômico	11
	Título: Petróleo em alta e leilões podem render R\$ 56 bilhões neste ano.....	11
	Título: Petrobras pretende investir 30% mais em relação a 2017	14
	Título: Tesouro já não conta com os R\$ 12,2 bi de usinas da Eletrobrás	15
	Título: Acordo ressuscita solução para elétricas.....	16
	Título: EUA amenizam sanções à Rusal e preço do alumínio tem queda recorde.....	18
	Título: Eletropaulo mantém emissão de ações.....	20
	Título: Cemig vai investir no armazenamento de eletricidade	22
	Título: Vale deve ter sólido desempenho no 1º tri	23
	Título: Curtas	25
	Título: Alumínio cai na LME após recuo dos EUA.....	25
	Título: Sinergia V, da Fator, vira fundo de ações convencional	26

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Multitarefas

Ontem era feriado no Rio, e o presidente da Petrobras, Pedro Parente, trabalhou em São Paulo em uma reunião da B3, na qual ele é presidente do conselho de administração. A grande dúvida em relação a ele nesse momento é se será capaz de tocar a presidência da estatal e a do conselho de administração da BRF, cujo CEO renunciou na segunda-feira.

Para encarar o desafio, Parente pretende usar até o tempo das folgas, se for necessário. — Caso venha a se concretizar a minha ida, eu posso, por exemplo, usar dias de férias na Petrobras para as reuniões da BRF. Na Petrobras, as férias podem ser tiradas em dias alternados. Estou disposto a sacrificar esse tempo porque sei que o trabalho é importante. Não lhe falta serviço na Petrobras, evidentemente, mas Parente lembra que hoje a empresa é outra, em relação a que encontrou. — Se fosse no início, certamente eu não poderia acumular, mas hoje a empresa tem plano estratégico aprovado e já sendo implantado em seu

segundo ano, tem novo sistema de gestão com metas controladas em reuniões mensais, tem uma diretoria executiva completamente integrada, regras de conformidade aprovadas e sendo cumpridas. Em governança, é outra empresa — diz ele.

Uma frente de trabalho foi a limpeza de passivos deixados por administrações anteriores, enfrentada com a negociação do acordo em ações judiciais internacionais, o "class action", a mudança do perfil da dívida, a solução de conflitos com diversos órgãos governamentais e reguladores. — Nada disso é trabalho de uma pessoa só, seria impossível. Estamos limpando problemas de bilhões de dólares no balanço da empresa — disse Parente. O resultado aparece nos indicadores, e a possibilidade de a companhia enfrentar um ano eleitoral com tranquilidade. — A taxa de juros cobrada no mercado secundário internacional pelos títulos da Petrobras estava em 15% ao ano. Agora está abaixo de 4%. O preço da empresa que estava em 90 bilhões de reais, agora é 90 bilhões de dólares. O rating da Petrobras hoje equivale ao da República. A dívida de curto prazo vencendo em 2018 a 2020 era de US\$ 40 bilhões, hoje é US\$ 20 bi.

Se a Petrobras está melhor, não se pode dizer o mesmo da BRF, que enfrenta problema de relacionamento entre sócios, resultados ruins, investigação da PF, teve várias unidades de produção descredenciadas pela Europa e ontem ficou sem CEO. — Se for confirmada a minha ida, será numa situação em que os sócios estejam de acordo e isso já ajuda no problema da governança. As outras questões serão enfrentadas e vão exigir, principalmente no começo, mais do que uma reunião por mês. Mas são problemas que no cotidiano serão tratados pela diretoria executiva e não pelo conselho de administração. Se for para a BRF, Parente terá ainda que fazer uma transição na B3. Disse que o tempo em que acumulou o conselho da bolsa e a Petrobras mostrou que ele consegue fazer as duas tarefas. — Foi um tempo importante, em que houve a aquisição da Cetip pela BM&F e a mudança do CEO. A estatal, sob administração técnica e sem interferência política, está recuperando seu ranking entre as empresas de capital aberto da América Latina.

Estudo exclusivo de Einar Rivero, da consultoria Economatica, revela que ela ontem se tornou a segunda mais valiosa companhia da região, passando o Itaú Unibanco. Era a primeira, anos atrás, mas no fim de 2014 a posição foi ocupada pela Ambev. O mercado reagiu à reeleição da ex-presidente Dilma por receio da continuação da interferência política nos preços e na gestão. Durante aquela campanha, quando a oposição subia nas pesquisas, a Petrobras se valorizava no pregão. A cotação chegou a R\$ 310 bilhões no início de setembro, quando a candidata Marina Silva liderava as intenções de voto. A Ambev valia, então, R\$ 250 bi. Ao final daquele mês, já com Dilma na liderança das pesquisas, a Petrobras foi cotada em R\$ 229 bi. No dia seguinte ao segundo turno, a cotação

caiu mais, para R\$ 180 bi, e a Ambev definitivamente a passou. Em seguida foi a vez do Itaú Unibanco. O fundo do poço aconteceu em fevereiro de 2016, quando a estatal chegou a valer R\$ 67 bilhões. Hoje, voltou a ser cotada a R\$ 307 bi. Ainda está longe do maior valor, R\$ 510 bilhões, que atingiu em 2008, na euforia do pré-sal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Mais Energia, Menos Economia

Mercado Aberto

O Brasil desperdiçou 60 mil GWh de energia em 2017, o maior número desde 2008, quando a Abesco (associação do setor) iniciou o monitoramento dos dados.

O cálculo é feito a partir do que poderia ser economizado com o que há de tecnologias disponíveis no mercado.

O desperdício cresce porque o consumidor não adota o que há de mais moderno e econômico, diz Alexandre Moana, presidente da entidade.

Isso também se deve pelas campanhas insuficientes, afirma Lucas Rodrigues, analista da Safira. "A Aneel (agência do setor) até tem material, mas não é de fácil acesso."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Raquel Landim

Título: Com nova política, BNDES vende R\$ 21 bi em participações de empresas

Em busca de recursos desde 2015, banco ainda reduz investimentos; média anual foi de R\$ 3 bi para R\$ 290 mil

São Paulo- Desde que abandonou a política dos campeões nacionais e começaram a faltar recursos do Tesouro, o BNDES vendeu R\$ 20,5 bilhões em ações. O cálculo inclui os desinvestimentos a partir 2015 até o início deste ano. O valor é quase 70% superior aos R\$ 12 bilhões registrados nos quatro anos anteriores.

A estratégia de reduzir o tamanho do banco de fomento e sua atuação no mercado de capitais começou com o ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ainda no governo Dilma, mas ganhou tração após o impeachment e aposse de Michel Temer.

O BNDESPar, braço de participação em empresas do BNDES, levantou R\$ 8,5 bilhões na compra da Fibria pela Suzano no início deste ano, superando os R\$ 6,6 bilhões de 2017, que já era um recorde para os últimos 10 anos.

Entre as principais ações vendidas pelo BNDES, estão Petrobras, Vale, Braskem e a Taesa (distribuidora de energia da Cemig). O banco também aderiu à oferta pública de aquisição de ações da CPFL, quando a empresa passou para as mãos da chinesa State Grid.

A orientação não deve mudar com a troca na presidência do BNDES. O economista Paulo Rabello de Castro, que acelerou a venda de ações, saiu e entrou em seu lugar Dyogo Oliveira, que era ministro do Planejamento.

"A ideia continua sendo investir, acompanhar o crescimento e a governança e sair depois que nosso papel estiver cumprido", disse EKane Lustosa, diretora da área de planejamento do BNDES.

Os desinvestimentos vem colaborando com o lucro do BNDES e auxiliando o banco na tarefa de devolver recursos para o Tesouro e ajudar a cobrir o rombo das contas do governo federal. Em 2017, o BNDESPar respondeu por 43% do lucro do Sistema BNDES. Nos últimos 10 anos, a média anual foi de 31%.

Os investimentos do banco de fomento também são reveladores da mudança de orientação. Entre 2007 e 2010, auge da política dos campeões nacionais, o BNDES comprou R\$ 51 bilhões em ações, com destaque para a capitalização da Petrobras, realizada pelo governo Lula em 2010.

A partir daí, com o mercado já sofrendo os impactos da crise do subprime nos Estados Unidos, o BNDES adquiriu, em média, R\$ 3 bilhões em ações entre 2011 e 2014. A partir daí, os desembolsos caíram para R\$ 1,86 bilhão em 2015, R\$ 639 milhões em 2016 e apenas R\$ 289 milhões no ano passado.

Para Sérgio Lazzarini, professor do Insper, a estratégia de desinvestimento faz sentido, mas a carteira do BNDES ainda continua muito grande. Em dezembro de 2017, a carteira de ações da BNDESPar estava avaliada em R\$ 78,5 bilhões. Desse total, 54% são ações de Petrobras, Vale, Eletrobrás e outras empresas do setor elétrico.

"Um banco de fomento deveria empresas menores em setores transformadores como, por exemplo, energia limpa. Para isso, uma carteira de R\$ 1 bilhão a R\$ 3 bilhões seria suficiente."

A tendência é que as vendas de ações cresçam. Para facilitar as decisões, a área de mercado de capitais dividiu as ações na carteira do BNDESPar em quatro categorias: "maduras e prontas para a venda", "maduras, mas que ainda precisam de avanços", "não maduras" e "problemáticas".

Segundo apurou a Folha com pessoas próximas ao banco, na categoria "maduras e prontas para a venda", estão companhias como Vale e Totvs. A Fibria também estava nessa classificação. No grupo de empresas "maduras, mas que ainda precisam de avanços", ficam JBS e Marfrig.

No caso dos frigoríficos, as empresas já cresceram o suficiente para viabilizar a saída do banco, mas ainda faltariam melhoras de governança que permitiriam uma valorização mais expressiva dos papéis. Daí a necessidade de esperar para vender um volume mais significativo de ações.

No grupo "não maduras", está a fabricante de semicondutores Unitec, que foi iniciada pelo empresário Eike Batista, quase foi à lona, mas está se recuperando. Na categoria "problemáticas", entra a fabricante de etanol de segunda geração Granbio, encontra dificuldade para decolar.

Lustosa confirma que existem essas classificações, mas não comenta as empresas incluídas em cada uma. Ela disse apenas que as empresas podem migrar de um grupo para o outro rapidamente conforme a evolução dos seus negócios e as oportunidades de venda que surgirem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e informações

Autor:

Título: O nó do funcionalismo

Fonte inesgotável de ineficiência, corrupção e desperdício de dinheiro público, as empresas estatais ademais pagam salários muito superiores à média do mercado, mesmo entregando um serviço de má qualidade. Reportagem do Estado mostrou que as distribuidoras do sistema Eletrobrás, que contabilizaram prejuízo de R\$ 4,2 bilhões em 2017, oferecem salários médios de R\$ 11,7 mil, cerca de três vezes a média paga em empresas privadas. São casos como esse que ilustram a urgência de uma reavaliação completa do papel do Estado, o que inclui discutir o tamanho e a remuneração do corpo de funcionários públicos e

questionar a necessidade de constituir empresas estatais para atuar em setores nos quais a iniciativa privada é mais eficiente e produtiva.

Fugir desse debate, por receio de enfrentar as poderosas corporações do serviço público, é contribuir para inviabilizar o funcionamento da máquina estatal, há muito tempo sufocada por seu desnecessário gigantismo e incapaz de se fazer presente onde é realmente necessária. A captura do Estado por interesses alheios aos do cidadão que paga impostos resulta em situações como a da Amazonas Energia. Distribuidora da Eletrobrás que dá mais prejuízo, aquela empresa paga salário médio de R\$ 15,5 mil, o maior do País no setor.

Já a distribuidora de Roraima, embora seja a mais ineficiente de todas, oferece salário médio de R\$ 15 mil. Não é coincidência que as empresas mais problemáticas sejam as que pagam salários muito acima do verificado no mercado, totalmente fora da realidade – a remuneração média da Nanoenergia, concorrente da Amazonas Energia, por exemplo, é de R\$ 4,3 mil. Basta uma rápida mirada nessa situação para perceber que a função primordial dessas estatais não é distribuir energia da forma mais barata e eficiente possível, e sim empregar e bem remunerar funcionários públicos.

Fica fácil entender, diante disso, a dificuldade que o governo está enfrentando para privatizar a Eletrobrás e suas distribuidoras. Os opositores da privatização invocam argumentos nacionalistas e dizem defender os direitos dos trabalhadores da estatal. Na realidade, trata-se da conhecida mobilização política e sindical para a manutenção de feudos privilegiados, controlados tanto pelo funcionalismo como por parlamentares que dali auferem lucros eleitoreiros, enquanto os cidadãos comuns são obrigados a financiar tais benesses em troca de serviços ruins e a enfrentar a crônica falta de recursos para as reais necessidades do País.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, já comunicou ao Congresso que a situação das distribuidoras é simplesmente insustentável. Essas empresas devoraram R\$ 3,75 bilhões em dinheiro dos consumidores nos últimos dois anos, e a cada mês mais R\$ 202 milhões são necessários. A privatização, portanto, é imperiosa e deverá acontecer, mais cedo ou mais tarde. Em vista disso, a guilda dos funcionários públicos se mobiliza para arrancar mais algum benefício antes da privatização.

São concessões que nenhuma empresa privada faria: os servidores querem estabilidade de cinco anos para 70% dos funcionários das distribuidoras, além da realocação dos servidores em outras estatais. Esse caso serve como exemplo do divórcio litigioso entre o funcionalismo público e a realidade. E a realidade é que o Estado é incapaz de sustentar sua monumental estrutura, sendo seguidamente necessário recorrer a gambiarras para fechar as contas. Quando

o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, informa que o governo pedirá ao Congresso para adiar, de 2019 para 2020, os reajustes salariais dos servidores federais, porque, do contrário, haverá paralisação da máquina pública, fica claro que se trata apenas de mais um paliativo desesperado.

A essência do problema – a existência de uma categoria de brasileiros imunes às vicissitudes do mercado de trabalho e quase sempre dispensados de demonstrar eficiência e capacidade produtiva, embora muito bem remunerados – permanece intocada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Voou.

Coluna do Estadão

O PSDB continua perdendo apoio em Campinas, maior cidade do interior do Estado. O vice-prefeito, Henrique Magalhães Teixeira, deixou o partido e deve ingressar no PSB. Ele é filho de José Roberto Magalhães Teixeira, o Grama, morto em 1996. Ex-prefeito, Grama inaugurou o PSDB local em 1988. » É pra ontem. O MPF deu cinco dias úteis para que a Norte Energia/SA retire e realoque 62 famílias que vivem na área da lagoa do Jardim Independente I, em Altamira. A comunidade foi afetada por Belo Monte.

COM NAIRA TRINDADE E LEONEL ROCHA. COLABOROU ROBERTO GODOY

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth/ BRASÍLIA

Título: Funcionários da Aneel querem indicar diretor

Servidores da agência vão apresentar uma lista tríplice de candidatos para o cargo para tentar evitar indicação política; Planalto não comenta

Em meio às movimentações intensas de indicações políticas para a escolha dos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os servidores do órgão decidiram apresentar uma lista tríplice de candidatos para o cargo. A iniciativa é semelhante ao que ocorre nas escolhas do procurador-geral da República, que prestigia a escolha dos procuradores, e do reitor da Universidade de São Paulo (USP), em que a comunidade acadêmica também tem chance de opinar.

A ideia, segundo a Associação dos Servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Asea), é contribuir para o fortalecimento da instituição e para o amadurecimento das carreiras do órgão. A lista final será apresentada no dia 7 de maio e enviada aos atuais diretores da Aneel, ao **Ministério de Minas e Energia**, à Casa Civil da Presidência da República e ao Senado Federal.

A movimentação dos servidores é uma tentativa de emplacar ao menos um dos cinco membros da diretoria da Aneel. Conforme mostrou o Estado em sua edição de ontem, o presidente Michel Temer, que deve tentar a reeleição, terá a chance de indicar todos os diretores do órgão regulador este ano. Como os diretores de agências reguladoras têm mandato de quatro anos e influenciam decisões de impacto bilionário, as indicações são alvo de uma grande disputa que corre nos bastidores entre parlamentares de diversos partidos políticos.

O primeiro turno da votação na Aneel ocorreu entre os dias 18 e 20 de abril e teve a participação de 405 pessoas, ou 65% do quadro de servidores, com resultado foi divulgado ontem (23). O primeiro lugar ficou com Leandro Caixeta Moreira, assessor do diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino. Ele recebeu 99 votos.

Empatadas no segundo lugar, com 90 votos, ficaram Nara Rúbia de Souza, chefe de gabinete de Romeu Rufino, e Camilla de Andrade Gonçalves Fernandes, superintendente adjunta de Fiscalização dos Serviços de Geração de Energia Elétrica; em seguida, ficaram Alessandro D" Afonseca Cantarino, superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração, e Ludimila Lima da Silva, superintendente Adjunta de Concessões e Autorizações de Geração.

Cinco candidatos vão passar para o segundo turno, etapa que vai definir os três candidatos. Essa eleição vai ocorrer entre os dias 2 e 4 de maio. Os interessados em participar dessa fase deverão se manifestar. Questionado, o Planalto disse que não comenta o caso.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Tarifa pode subir após venda da Eletrobrás

A privatização da Eletrobrás é prioridade do governo Michel Temer, mas encontra resistência. Um dos principais motivos é porque a venda da companhia poderá ter impacto de alta na tarifa de energia. O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, reconheceu essa possibilidade e muitos especialistas concordam. Atualmente, a estatal opera no regime de cotas e vende a energia gerada por algo entre R\$ 30 e R\$ 40 o

megawatt/hora (MWh).

O governo quer descotizar a Eletrobrás para torná-la atrativa aos investidores. “O modelo captura a renda hidráulica na forma de cotas. Como as geradoras da Eletrobrás já foram amortizadas (não se paga mais na tarifa o custo do investimento), seria justo o consumidor se beneficiar e usufruir de preços mais baixos. Isso não vai ocorrer (se for privatizada) e a tendência é a tarifa aumentar”, admitiu Rufino.

O diretor do Instituto Ilumina, Roberto Pereira D’Araújo, disse que o valor da energia da Eletrobrás é muito abaixo do praticado no mercado. “Nos R\$ 30 a R\$ 40 do MWh da Eletrobrás estão incluídos impostos e transmissão. Sem isso, a receita cai para R\$ 10. Eu desafio qualquer engenheiro do setor elétrico a mostrar alguma usina que gere energia por menos de US\$ 3”, destacou.

Para o presidente da Associação Brasileira das Comercializadoras de Energia (ABCE), Alexei Vivan, na forma como as regras para a privatização da Eletrobrás estão, terá aumento de tarifa. “Pode não ser uma alta significativa, mas a conta vai subir”, estimou. Uma saída, na opinião de Vivan, seria neutralizar o impacto com redução tributária.

Rodrigo Leite, sócio do Leite Roston Advogados, observou que a adequação do setor elétrico, com descotização e privatização, vai impactar em aumento no curto prazo. “Com uma moderação no longo prazo, porque vai resolver os desarranjos do setor. Puxar o valor para baixo de forma estrutural implica, primeiro, em aumento de preços”, avaliou. Na opinião da diretora da Thymos Energia, Thais Prandini, como os valores de cotas começam a ficar altos, pode não ocorrer aumento. “Há estudos que apontam até redução”, defendeu.

Outro lado

A Eletrobrás afirmou que o Projeto de Lei 9.463/2018, que trata da privatização, prevê que a transição do regime de cotas para o de produção independente seja gradual, de três a cinco anos. “O consumidor deixaria de arcar com o ônus das bandeiras tarifárias, que encarecem a conta toda vez que o nível dos reservatórios baixa. A administração desse risco voltará a ser da empresa que opera a usina. Ou seja, o consumidor, que enfrenta aumentos de tarifa desde 2015, não arcará mais com esse ônus.” Conforme a estatal, a expectativa é de que o consumidor seja beneficiado com a redução de encargos na conta de luz porque parte do dinheiro da desestatização da Eletrobrás abaterá a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O Ministério de Minas e Energia (MME) encaminhou nota técnica na qual

informa que pediu à Aneel para calcular o impacto tarifário. “No pior cenário de recontração da energia elétrica descotizada (R\$ 250/MWh), o aumento seria de 2,42% a 3,34% percebidos ao longo do período, em níveis inferiores à inflação esperada. Em um cenário de preço de recontração mais favorável (R\$ 150/MWh), o impacto seria de -0,56% a -1,48%, ou seja, haveria redução de tarifas aos consumidores do mercado regulado.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner, André Ramalho e Marta Watanabe | Do Rio e de São Paulo

Título: Petróleo em alta e leilões podem render R\$ 56 bilhões neste ano

A alta de cerca de 42% dos preços do petróleo nos últimos 12 meses e a reorganização do setor com o fim da exclusividade da Petrobras como operadora do pré-sal devem trazer injeção considerável de recursos para a economia. As receitas devem vir não somente dos leilões como também de royalties e tributos.

Segundo projeções, o petróleo pode render à União e aos governos regionais cerca de R\$ 56 bilhões somente em royalties e arrecadação em leilões, além de trazer US\$ 5 bilhões - o equivalente a R\$ 17,3 bilhões - a mais em relação ao ano passado em receitas de exportação. A retomada dos investimentos no setor, não somente pela Petrobras como por outras operadoras, deve dar também importante contribuição para a retomada da economia e do emprego.

Mais do que nunca os royalties do petróleo devem render receita extra ao setor público. Somados às participações especiais, os royalties podem chegar a R\$ 37,51 bilhões este ano. O valor significa aumento de 23,3% em relação a 2017 e é mais que o dobro do que foi distribuído em 2016, segundo projeções do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Adriano Pires, diretor do CBIE, explica que as projeções são conservadoras porque consideram preço médio de US\$ 63,36 o barril. Nos últimos dias, o preço subiu para cerca de US\$ 70 o barril, e é possível que avance ainda mais com o conflito na Síria, envolvendo EUA, França e Reino Unido de um lado e a Rússia de outro. "Há quem diga que o preço chegue a US\$ 80 o barril, o que pode elevar ainda mais o valor de distribuição de royalties".

A estimativa considera ainda dólar a R\$ 3,29, outra variável que pode mudar no decorrer do ano, para um nível de desvalorização maior, diz Pires, não só pelo cenário internacional como pelo período eleitoral. Isso elevaria ainda mais o valor dos royalties e participações, que são distribuídos em reais.

Para Pires, as boas perspectivas não se limitam a 2018, mas se expandem por um período de cinco anos. "Tudo leva a crer que teremos um novo boom de royalties no Brasil."

Além da questão de preços, diz ele, a produção deve avançar nos campos do pré-sal, que hoje já respondem por 50% do óleo retirado no país. Isso também deve permitir a distribuição de royalties para regiões diferentes. "No Rio, por exemplo, a tendência é que a maior distribuição de royalties se desloque dos municípios de Macaé e Campos para Maricá e Niterói."

O setor também passa por um momento de volta dos investimentos. A Petrobras aumentou o orçamento com investimentos em 30%, para US\$ 17 bilhões, ao mesmo tempo em que empresas com sólida posição financeira também aumentaram a aposta no país. Entre elas, a Statoil, Total, Exxon e Brookfield, que comprou a NTS, que reúne parte da rede de gasodutos da Petrobras no Sudeste, por US\$ 4,23 bilhões.

O renovado interesse das empresas por ativos de petróleo e gás no Brasil explica os bônus de R\$ 8 bilhões pagos na 15ª rodada de licitações da ANP, realizada em março, que teve ágio médio de 621,9%. Além de pagar o bônus, as companhias se comprometeram com investimento de no mínimo R\$ 1,2 bilhão na fase de exploração das áreas adquiridas, o que também vai movimentar o setor de serviços. A expectativa da empresa Hays, de recrutamento e seleção, é de que 87% das empresas abram novas vagas de trabalho em 2018.

Por causa do resultado da 15ª rodada, acima de todas as projeções do governo, **o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix Bezerra**, aumentou a expectativa de arrecadação com leilões este ano para R\$ 18 bilhões, o que pode ser um volume conservador. A arrecadação do primeiro leilão do ano - estão previstos mais dois - ficou próximo dos R\$ 9,95 bilhões arrecadados em 2017. Se a previsão se confirmar, baterá o recorde de 2013, quando R\$ 17,2 bilhões foram pagos ao governo, ajudado pela venda dos direitos de produção de Libra, o primeiro campo gigante vendido pelo regime de partilha de produção, que rendeu R\$ 15 bilhões.

Félix afirma que, ao prever arrecadação de R\$ 18 bilhões com leilões, não incluiu receita de R\$ 1 bilhão da União com a venda de petróleo nos campos operados sob o sistema de partilha da produção. Ele prefere não fazer estimativa para o resultado das negociações entre a Petrobras e o governo em torno do volume de petróleo que excede os 5 bilhões adquiridos pela Petrobras sob o regime de cessão onerosa.

A consultoria Gaffney, Cline & Associates, contratada pela ANP, estima que existem entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris de petróleo excedentes. Uma

parte disso pode ser leiloada quando o governo e a Petrobras encerrarem o processo de revisão do contrato assinado em 2010.

Sobre esse assunto, que está sendo tratado com confidencialidade, Félix explicou que o governo não trabalha com a entrada de dinheiro no Tesouro ainda este ano, e nem é a meta. "A motivação é destravar um investimento muito grande e significativo em uma área que já está descoberta", disse o secretário ao **Valor**.

O advogado Giovani Loss, especialista na área de óleo e gás do escritório Mattos Filho, destaca que diversas empresas importantes estão reforçando sua posição no país, movidas, segundo ele, pelo aumento do preço do petróleo e pela flexibilização de regras pelo governo, inclusive a que acabou com a exigência de que a Petrobras fosse a única empresa a produzir no pré-sal como operadora.

O advogado destaca a norueguesa Statoil, que investiu R\$ 973,23 milhões no último leilão, a BP e a francesa Total, que já anunciou investimento anual de US\$ 1 bilhão no Brasil depois das aquisições de participação nos campos de Iara e Lapa (do qual se tornou operadora) no pré-sal da Bacia de Santos, e da compra de participação em hidrelétricas e terminais de GNL da Petrobras.

"O interesse claramente se tornou maior em função do aumento do preço do petróleo, e os investimentos recentes são indicativos da importância do setor. São muito relevantes e de empresas muito sólidas", afirma Loss.

Ele chama a atenção para as novas oportunidades que surgem para pessoas físicas e prestadores de serviços para o setor. "Eles estão se tornando menos dependentes da Petrobras com a diversificação da operação no pré-sal. E o aumento da atividade por empresas que não a Petrobras gera oportunidades de emprego, particularmente nas estrangeiras que aumentaram sua presença no Brasil", avalia Loss.

Outro efeito da alta do preço do petróleo deve ser no comércio exterior. José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que, considerando o mesmo volume de exportação do ano passado, o valor exportado pode subir de US\$ 16,4 bilhões embarcados em 2017 para quase US\$ 21 bilhões este ano, levando em conta os novos patamares de preço como preço médio. Isso abre a possibilidade de o petróleo assumir o lugar do minério de ferro como segundo item mais importante na pauta brasileira de exportações.

Em dezembro, lembra Castro, o petróleo estava sendo comercializado a US\$ 300 a tonelada e nas últimas semanas o preço ultrapassou os US\$ 400 a tonelada. O preço do minério de ferro também subiu no mesmo período, mas

de forma menos acelerada, de US\$ 52 a tonelada para perto de US\$ 60 a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras pretende investir 30% mais em relação a 2017

A Petrobras vendeu ativos, mas não perdeu a importância para o mercado. A estatal pretende aumentar seus investimentos este ano para US\$ 17,3 bilhões - numa alta de 30% na comparação com 2017 - e, assim, colocar em operação sete novas plataformas que prometem elevar a produção brasileira de óleo e gás para novos recordes históricos.

Para os próximos anos, contudo, a expectativa é que os aportes da companhia recuem, enquanto as grandes petroleiras globais se preparam para aumentar seus investimentos e dividir mais o protagonismo do setor com a estatal brasileira.

Numa espiral de turbulência desde 2014, quando os preços do barril e os desdobramentos da Lava-Jato minguaram os investimentos em óleo e gás, a confiança das empresas do setor começa a dar sinais de recuperação. Os leilões bem-sucedidos da Agência Nacional de Petróleo (ANP) desde o ano passado, o programa de desinvestimentos da Petrobras e a retomada de obras paradas, como as da unidade de processamento de gás do Comperj, dão novo ânimo à indústria petrolífera.

Em queda há três anos consecutivos, segundo dados da ANP, a atividade de exploração de novas descobertas de óleo e gás promete entrar num novo ciclo de crescimento nos próximos anos. A expectativa no mercado é que a retomada volte a girar a roda das encomendas de serviços e alavanque a cadeia de fornecedores.

A Petrobras, por exemplo, pretende praticamente dobrar o nível de perfurações de poços exploratórios, para uma média de 29 poços por ano, até 2022, enquanto as demais petroleiras também fazem seus planos de voltar à exploração no Brasil. Esse é o caso da ExxonMobil, que depois de adquirir 19 blocos nos últimos leilões, tem planos de começar a investir já este ano nas atividades de exploração em águas profundas da Bacia de Sergipe-Alagoas.

Shell e Statoil, que adquiriram a operação de áreas do pré-sal nas rodadas de partilha do ano passado, são outros exemplos. Enquanto a norueguesa tem planos de perfurar em Carcará Norte já em 2019, e começar a produzir no

campo entre 2023 e 2024, a anglo-holandesa pretende começar a perfurar em Sul de Gato do Mato em 2019.

O ano de 2018 deve marcar também a retomada dos investimentos na Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Comperj, que tratará o gás natural produzido do pré-sal e cuja construção foi interrompida em 2015. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, as obras devem demandar a contratação de até 6 mil empregados. Ao todo, 36% das obras já foram executadas.

Existe expectativa no mercado, também, em torno da retomada dos investimentos em refino. A Petrobras está em negociações com os chineses da CNPC para investimentos na conclusão da refinaria do Comperj. Na semana passada, a Petrobras lançou a proposta de seu programa de parcerias no setor, em que pretende vender 60% de participação em dois polos regionais: a do Sul e do Nordeste, que concentram quatro refinarias.

Com isso, a petroleira espera reduzir seu market share em refino dos atuais 99% para 75%. A entrada de novos agentes nesse mercado tem potencial para dinamizar os investimentos no parque de refino nacional, atraindo investimentos na capacidade instalada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Tesouro já não conta com os R\$ 12,2 bi de usinas da Eletrobrás

O Tesouro Nacional já não pode mais contar com os recursos previstos com a descotização de usinas hidrelétricas da Eletrobrás. São R\$ 12,2 bilhões que entrariam nos cofres públicos em 2018. Oficialmente, esse valor já conta com um alerta no Orçamento, por meio de uma reserva dentro do conjunto de despesas, mas já está claro no governo que é impossível de ser recebido ainda neste ano, devido à redação final do decreto que trata da privatização da estatal.

Na sexta-feira, uma reunião da cúpula do setor elétrico verificou que não dá mais para o dinheiro entrar. A privatização da empresa ainda em 2018 ficou "extremamente improvável", segundo o diagnóstico. Apesar disso, o governo pretende seguir com o discurso de que será possível executar a operação e, para sustentar isso, deve manter por mais algum tempo essa reserva no Orçamento, bem como a previsão de receitas, embora em algum momento tenha que ser retirada em definitivo.

A preocupação em segurar o discurso, e os dados da contabilidade, é não só tentar manter viva a possibilidade de o Congresso ao menos aprovar o projeto de lei da privatização, mas também garantir força política para as operações de vendas de distribuidoras que hoje fazem parte da estatal e dão prejuízo a ela.

A situação se assemelha ao vivido na Previdência, onde o governo sustentou até o limite o discurso de que acreditava na votação e aprovação da matéria, mas depois teve que reconhecer a realidade. O problema é que o decreto editado na semana passada explicitou a remota chance de privatização neste ano, já que, se tudo der certo e o projeto for aprovado no meio do ano, há uma mínima possibilidade de ela ocorrer em dezembro. Mas, nesse caso, os recursos da desotização ainda entrariam no Orçamento de 2019 e não neste ano.

Uma das próximas discussões que ocorrerão no governo é se os R\$ 12 bilhões serão incluídos ou não na proposta de Orçamento de 2019, sendo retirada de 2018. Isso não está sendo feito agora por conta da estratégia política, mas é uma decisão que as autoridades já sabem que terão de enfrentar.

Uma das dificuldades para incluir no Orçamento do ano que vem é a estratégia, anunciada na divulgação do PLDO 2019, de não incluir na proposta nada que dependa de decisão do próximo presidente. Esse seria o caso da Eletrobrás, caso a privatização realmente não ocorra neste ano. Por outro lado, esse tema específico pode contar com o argumento de que o projeto já está no Congresso e, portanto, seria razoável incluir as receitas na proposta, até como elemento de pressão política para o próximo presidente prosseguir com a privatização.

Dentro da estratégia de manter vivo o assunto e a possibilidade de privatização da Eletrobrás, a diretoria do BNDES se reúne amanhã para ver se tem como agilizar alguns aspectos necessários ao seu andamento mais célere.

Mesmo com o decreto vedando estudos antes de o projeto ser aprovado no Congresso, o banco decidirá se pelo menos avança na preparação e divulgação dos editais de concorrência das empresas responsáveis pelos estudos. De qualquer forma, a medida ganhará apenas alguns dias e/ou semanas, porque a contratação só poderá ocorrer depois que o Congresso aprovar o projeto de lei.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Acordo ressuscita solução para elétricas

O governo e o Congresso Nacional se alinharam em busca de uma solução para o risco hidrológico - conhecido pela sigla em inglês GSF - dos geradores de

energia. Eles pretendem ressuscitar, em linhas gerais, um artigo que foi retirado de última hora da MP 814. A medida provisória, que ainda está em tramitação, deve ser alterada para garantir aos donos de usinas hidrelétricas a possibilidade de estender a vigência dos seus contratos como forma de compensação às perdas acumuladas nos últimos anos.

O acordo foi costurado com autoridades do setor em reunião, na semana passada, no **Ministério de Minas e Energia**. A pasta já era a favor de uma solução para o assunto no fim de dezembro, quando a MP 814 foi publicada, mas divergências com a Casa Civil e com a equipe econômica levaram o governo a excluir esse item. O novo texto será apresentado, hoje à tarde, em reunião da comissão mista responsável pela análise do assunto no Congresso.

A intenção de usar a medida provisória para resolver o problema do risco hidrológico foi confirmada ao **Valor** pelo secretário-executivo do ministério, Márcio Félix, que participou da reunião na quarta-feira. "Uma solução definitiva virá no texto que for aprovado pela comissão", reforçou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), presidente do colegiado e ex-ministro de Minas e Energia.

Durante sua gestão na pasta, em 2015, saiu um acordo bem-sucedido com geradores que haviam negociado sua energia para as distribuidoras no ambiente de contratação regulada (ACR). No entanto, os agentes que comercializam sua produção no mercado livre preferiram manter ações judiciais contra suas perdas financeiras. Por isso, o embate ainda gera valores em aberto nas liquidações financeiras do mercado de curto prazo de eletricidade, que promovem mensalmente pagamentos e recebimentos entre as empresas do setor.

"Naquela época, o passivo do ACL [ambiente de contratação livre] era de R\$ 1 bilhão. Hoje está em quase R\$ 9 bilhões e não termina o ano abaixo de R\$ 11 bilhões", diz Braga. Para ele, a regulamentação definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pesou contra os acordos no mercado livre. Quanto mais se demora para uma solução, mais cresce o valor. "Se tivéssemos resolvido lá atrás, não teria aumentado a esse ponto e nem criado problemas de liquidez no setor."

Várias emendas parlamentares foram apresentadas para tratar do problema. Segundo o senador, nenhuma delas será copiada na íntegra. O novo texto da MP 814, diz, deverá dar uma solução alongando o período de vigência dos contratos da hidrelétrica e sem ônus para a tarifa. "Em vez de esse custo ir para o consumidor, alonga-se o prazo de concessão, desde que o empresário desista das ações judiciais em andamento."

Em dezembro, quando a medida provisória foi editada, o Ministério de Minas e Energia propunha extensão das concessões por até 15 anos para recompor os prejuízos desde 2013. A esmagadora maioria das usinas, porém, precisava de apenas alguns meses adicionais de contrato para recuperar o equilíbrio econômico. Parte do governo não aceitou a proposta, porque algumas ações estavam para ser julgadas, o que de fato ocorreu nos tribunais superiores, mas sem ainda pacificar totalmente a questão.

O déficit hidrológico acontece quando as usinas, por causa da escassez de chuvas e da queda dos reservatórios, não conseguem produzir toda a energia comprometida nos contratos de fornecimento. Com isso, as geradoras precisam recorrer a outros fornecedores para honrar esses compromissos. Outros prejuízos assumidos pelas usinas têm ocorrido por atrasos na entrada em funcionamento de linhas de transmissão que escoam a energia.

A Abrace, associação dos grandes consumidores industriais de energia, apoia as mudanças, desde que não haja aumento de tarifas. "Só não tem cabimento jogar mais um ônus no colo dos consumidores", diz o presidente da entidade, Edvaldo Santana.

Em ofício assinado na semana passada pelo diretor-geral, Romeu Rufino, a Aneel colocou-se contra as mudanças propostas na MP 814. "Qualquer novo aprimoramento de regras deve ter efeitos para o futuro, e não para o passado. Para um ambiente de negociação regulatoriamente seguro, é imperioso que as regras do passado sejam preservadas", disse Rufino no documento, que foi enviado ao relator da medida provisória, deputado Julio Lopes (PP-RJ).

Mesmo para o atraso dos linhões, o diretor afirmou que é "inadequado" revisar uma regra em vigência há quase 20 anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Jack Farchy, Yuliya Fedorinova e Saleha Mohsin | Bloomberg.

Título: EUA amenizam sanções à Rusal e preço do alumínio tem queda recorde

Os EUA amenizaram sua posição em relação às sanções contra a gigante russa United Co Rusal, provocando ontem uma queda recorde nos preços do alumínio.

Pela primeira vez, o Departamento do Tesouro americano considerou um caminho para retirar as sanções contra a Rusal, afirmando que proporcionará um alívio se Oleg Deripaska abrir mão do controle da companhia. O Tesouro

também ampliou em quase cinco meses o prazo para as empresas encerrarem seus negócios com a produtora russa de alumínio.

A Rusal fez um pedido para ser removida da lista de sanções, e o Tesouro concedeu a prorrogação enquanto analisa o apelo, segundo comunicado do secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin.

"A Rusal sentiu o impacto das sanções americanas por causa de seu envolvimento com Oleg Deripaska, mas o governo dos EUA não quer prejudicar as pessoas que trabalham duro e dependem da Rusal e subsidiárias", disse Mnuchin.

A notícia teve impacto imediato no preço do alumínio, refletindo o alívio dos operadores com a atenuação do risco de ruptura na oferta. Na Bolsa de Metais de Londres, o alumínio chegou a cair 10% ontem. As ações de produtores de metais também caíram, com Alcoa recuando 13,5%.

O esclarecimento de Washington acontece após duas semanas de caos nos mercados globais de commodities. Os preços do alumínio atingiram as máximas em vários anos, com muitas fábricas correndo para garantir o insumo. Um grupo lobista alemão disse que fábricas da Europa poderão ser forçadas a fechar e montadoras poderão sofrer com escassez da oferta.

O encerramento de operações com a Rusal pode incluir pagamento de dívidas em dólar até 23 de outubro, disse um porta-voz do Tesouro americano.

O comunicado do governo americano também aumenta a pressão sobre Deripaska, enquanto tenta salvar a companhia sem abrir mão do controle. Ele detém 48% da Rusal e a controla por meio de um acordo de acionistas, entre os quais estão a mineradora Glencore e Viktor Vekselberg, que também é alvo das sanções.

"Se antes havia dúvidas quanto à continuidade das sanções contra a Rusal caso Deripaska vendesse tudo, agora temos uma resposta clara", disse Oleg Petropavlovski, da BCS Global Markets. "Mudar a estrutura de controle seria uma solução para a companhia."

Deripaska foi incluído no pacote de sanções que atingiu dezenas de magnatas russos, empresas e aliados estratégicos do presidente Vladimir Putin.

Analistas sugerem que a nacionalização poderá ser a única solução, mas o ministro das Finanças russo, Anton Siluanov, disse que a Rusal não está na lista de empresas a serem nacionalizadas.

A Rusal não quis comentar o assunto. Um porta-voz da Deripaska não foi localizado para comentar.

A Rusal produz cerca de 6% do alumínio do mundo e opera minas, fundições e refinarias em várias partes do planeta, da Guiné à Irlanda, Rússia e Jamaica. "Isso deverá acalmar as coisas", disse Daniel Briesemann, analista do Commerzbank. "Parece que houve muita pressão da indústria americana consumidora de alumínio."

A pedido da Rússia, Mnuchin encontrou-se com o ministro das Finanças russo nas reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), na semana passada. Os russos queriam "esclarecimentos" sobre as sanções, disse Mnuchin sábado, sem fornecer detalhes.

A queda nos preços do alumínio contaminou outras commodities. O preço do paládio chegou a cair 5,4% e o do níquel 6,7%. Ambos vinham subindo nas últimas duas semanas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Eletropaulo mantém emissão de ações

O conselho de administração da Eletropaulo quer usar o prazo limite, até quarta-feira, para decidir se segue ou não com a emissão de novas ações da companhia para capitalização do negócio em R\$ 1,5 bilhão. Por ora, portanto, a operação está mantida.

A concretização dessa colocação pode pôr fim à disputa entre Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, e a italiana Enel pela distribuidora paulista de energia. Já a retirada pode elevar o patamar da disputa para acima de R\$ 30,00 por ação. No fim de 2017, em bolsa, o papel valia R\$ 16,35.

Na semana passada, a Enel lançou uma oferta de R\$ 28 por ação da Eletropaulo - equivalente a R\$ 4,7 bilhões por 100% da empresa - com leilão marcado para 18 de maio. Mas a aquisição está condicionada à suspensão da emissão de novas ações da empresa até quarta-feira. Na quinta-feira está prevista a formação de preço da colocação das novas ações, se a essa emissão seguir adiante - daí o prazo dado pela Enel.

A Neoenergia havia fechado um acordo com a administração da Eletropaulo para ancorar essa emissão, o que poderia dar a controlada da Iberdrola uma participação de cerca de 20% do negócio - maior que as duas maiores sócias

atuais AES (16,5%) e BNDES (18%). Esse é o motivo pela qual a Enel condicionou sua proposta ao cancelamento dessa etapa.

Diante da oferta do grupo italiano, a Neoenergia transformou o acordo com a Eletropaulo numa oferta concorrente e colocou R\$ 29,40 por ação na mesa, quase R\$ 5 bilhões pela companhia toda.

Mesmo que seja suspensa neste momento, a capitalização da companhia paulista está garantida no futuro - ao fim da disputa. Tanto a italiana como a espanhola se comprometeram formalmente a injetar R\$ 1,5 bilhão na Eletropaulo.

Ambas as europeias estão decididas a levar a briga adiante. A Enel já deixou clara a disposição para elevar a oferta (desde que em ambiente equitativo de competição), e a Neoenergia também já comunicou que seguirá na briga mesmo se a emissão de ações programada para esta semana for cancelada.

O **Valor** apurou que o conselho da Eletropaulo está inclinado a suspender a emissão de novas ações se a Enel elevar seu preço. A AES, no colegiado da distribuidora, é a mais favorável à paralisação da colocação dos papéis, pois quer garantir a disputa de preços.

O grupo italiano, contudo, ainda estuda a estratégia a adotar, conforme fontes próximas às negociações. A Enel estava pronta para ampliar sua proposta ainda ontem. Mas decidiu esperar ter maior clareza a respeito da posição do colegiado da distribuidora.

O conselho da Eletropaulo, em resposta à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), afirmou que cabe à italiana ampliar sua oferta e que não é responsável por uma condição estabelecida pela própria interessada. Em carta à xerife do mercado e publicada nos jornais, a Enel criticou, no domingo, a realização da capitalização da Eletropaulo em meio à disputa pela empresa: "Em um contexto de concorrência pela aquisição do controle da companhia, o tratamento privilegiado a um participante específico por parte da administração da companhia frustra o processo competitivo para aquisição de controle previsto na Lei das Sociedades por Ações [...]. Isto resulta na destruição de valor para companhia e seus acionistas".

Em 2009, a CVM revisou a regra de ofertas de aquisição de controle - Instrução 361 - após uma disputa entre Vivendi e Telefónica pela GVT. O objetivo dos ajustes na regra foi garantir que nenhum interessado pudesse, por meio de algum artifício de mercado, prejudicar o ambiente competitivo equitativo da disputa por um ativo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Cemig vai investir no armazenamento de eletricidade**

A Cemig vai investir R\$ 40 milhões em dois projetos de armazenamento de energia elétrica, nos próximos quatro anos. Os recursos fazem parte do programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da companhia mineira fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O objetivo principal da Cemig, com os dois projetos, é desenvolver tecnologia nacional que possibilite a economia de energia no horário de ponta (entre 18h e 21h), a partir do armazenamento de energia.

O primeiro projeto prevê o desenvolvimento de tecnologia de armazenamento de energia combinada a um sistema de geração fotovoltaica distribuída. Na prática, a ideia é construir plantas híbridas utilizando usinas fotovoltaicas em residências com baterias. Essa combinação possibilitará ao usuário armazenar energia gerada pelas placas solares durante o dia para ser utilizada no horário de ponta, no fim do dia, quando o preço da energia é mais elevado.

Segundo Alecio Melo Oliveira, engenheiro de planejamento do sistema elétrico da Cemig e que gerencia o projeto, serão testadas de duas a quatro tecnologias diferentes de baterias e também serão reaproveitadas baterias de centros de processamento de dados. O projeto foi iniciado em outubro e tem prazo de quatro anos. No total, serão investidos R\$ 22,5 milhões, sendo R\$ 17 milhões da Cemig.

"Futuramente este pode ser um negócio da própria distribuidora", afirmou o especialista, em referência ao negócio de prestação de serviço de aluguel de armazenamento de energia para consumidores.

No segundo projeto, a Cemig e parceiros estudarão o desenvolvimento, construção e avaliação técnico-econômica de plantas piloto de armazenamento de energia conectadas diretamente à rede de distribuição. Na prática, a ideia é acoplar baterias aos alimentadores de subestações para armazenar energia ao longo do dia e liberá-la apenas no horário de ponta.

Segundo Oliveira, o projeto pode gerar benefício à Cemig e ao setor ao permitir o adiamento da necessidade de novos investimentos em expansão e reforço da rede.

Ele disse que o contrato do segundo projeto deve ser assinado nos próximos meses e terá duração de três anos. Custará R\$ 26,9 milhões: Cemig arcará com R\$ 23 milhões. O restante de parceiros.

Os parceiros nos projetos são Alsol Energias Renováveis, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Instituto de Tecnologia Edson Mororó Moura, Concert Technologies e Fundação para Inovações Tecnológicas (FITec).

Oliveira reconhece que as tecnologias de armazenamento ainda possuem custo elevado, mas destaca que a tendência é que esses valores caiam com o tempo. "Até então não é viável economicamente, mas temos visto que o preço tem caído", disse. "Há uma tendência de redução por causa do mercado de carros elétricos".

A Cemig estima que as tecnologias de armazenamento estudadas nos dois projetos possam gerar economia de R\$ 18,5 milhões no horário de ponta em 15 anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale deve ter sólido desempenho no 1º tri

A Vale deve anunciar amanhã resultados operacionais consistentes relativos ao primeiro trimestre de 2018, segundo estimativas de mercado. Previsões de oito bancos indicam receita média de US\$ 8,6 bilhões de janeiro a março de 2018, com aumento de 1% sobre igual período de 2017. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) projetado fica, também em média, em US\$ 4 bilhões, queda de 7% sobre o primeiro trimestre do ano passado. O lucro estimado é de US\$ 2,1 bilhões, queda de 12,5% sobre janeiro-março de 2017.

A queda no Ebitda no trimestre se justifica, na visão de analistas, pelo fato de os preços do minério de ferro no mercado à vista, no primeiro trimestre do ano passado, terem alcançado um patamar muito alto, situando-se, em média, naquele período, em US\$ 85,40 por tonelada para o produto com 62% de teor de ferro. No primeiro trimestre de 2018, o preço médio ficou em US\$ 74,30 por tonelada.

De janeiro a março de 2017, os preços realizados pela Vale para os finos de minério de ferro, o principal produto, ficaram em US\$ 75 por tonelada, enquanto no primeiro trimestre de 2018 há previsões de alguns bancos de que a

mineradora anuncie uma realização de preços de US\$ 65 por tonelada (diferença de US\$ 10 por tonelada em um ano). Apesar disso, o mercado espera resultados operacionais "sólidos" no primeiro trimestre de 2018.

O desempenho será sustentado pelos melhores preços do minério de ferro no mercado à vista no período, mais 13% em relação ao quarto trimestre de 2017, e pelos melhores prêmios pagos pela commodity de maior qualidade. No relatório de produção do primeiro trimestre, a Vale registrou um aumento no prêmio médio realizado do minério de ferro, que totalizou US\$ 5,2 por tonelada ante US\$ 2,3 por tonelada de prêmio no primeiro trimestre de 2017.

A empresa vem trabalhando para reforçar sua posição como produtor "premium" de minério de ferro, o que resulta em maior realização de preços e melhor margem. O foco em produtos de maior qualidade é importante em momentos em que as siderúrgicas, clientes da empresa, precisam aumentar a produtividade dos altos-fornos e, simultaneamente, reduzir os níveis de emissão de poluentes.

No primeiro trimestre, os preços realizados e os prêmios recebidos pela mineradora no minério de ferro devem compensar a menor produção, motivada por chuvas mais intensas e pela estratégia de reduzir a extração de produto de menor qualidade em Minas Gerais. O mercado também espera aumento de custos. De janeiro a março, a Vale produziu 82 milhões de toneladas de minério de ferro, com queda de 5% sobre igual período de 2017. As vendas de minério e pelotas, totalizaram 84,3 milhões de toneladas, aumento de 8,3% sobre igual período do ano passado.

O J.P. Morgan espera um "forte" desempenho para a Vale no minério de ferro, considerando maiores preços e prêmios, inclusive de pelotas, o que deve se traduzir em boa lucratividade deste segmento, compensando volumes mais fracos e custos maiores em relação ao quarto trimestre de 2017. O banco previu receita de US\$ 8,8 bilhões, Ebitda de US\$ 3,9 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,1 bilhões. O BTG Pactual estimou números semelhantes, com receita de US\$ 8,7 bilhões, Ebitda de US\$ 4 bilhões e lucro de US\$ 2,1 bilhões. Para o banco, a Vale continuará a reduzir seu endividamento para chegar a US\$ 10 bilhões de dívida líquida.

O Bradesco estimou receita de US\$ 8,3 bilhões, Ebitda de US\$ 3,8 bilhões e lucro de US\$ 1,8 bilhão. O Itaú BBA estimou, respectivamente, US\$ 8,5 bilhões, US\$ 4 bilhões e US\$ 1,9 bilhão. Outros bancos ouvidos foram Citi, Santander e Morgan Stanley, além de uma instituição que preferiu não ser identificada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Minério recupera valor

Seguindo a turbulência que foi regra durante neste mês, o minério de ferro subiu ontem no mercado à vista da China e voltou a se aproximar da máxima em mais de 30 dias, de US\$ 68,45. Os preços do produto com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao avançaram 0,9%, a US\$ 67,67 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". Essa cotação deixa o insumo com alta de 4,1% em abril. Em 2018, a matéria-prima tem perdas de 6,8%. Na Bolsa de Commodities de Dalian, os contratos com vencimento em setembro, que são os mais negociados, tiveram alta de 2,1% e fecharam a 477 yuans (US\$ 75,70) cada. Na Bolsa de Futuros de Xangai, a bobina de aço a quente para outubro subiu 2,3%, para 3.680 yuans, e o vergalhão do mesmo mês teve valorização de 2%, para 3.544 yuans.

Lucro da Neoenergia

A Neoenergia encerrou o primeiro trimestre de 2018 com lucro líquido atribuído aos acionistas controladores de R\$ 287,7 milhões, 97,8% maior que o ganho apurado no mesmo intervalo do ano passado. A receita líquida aumentou 48,4% na mesma base de comparação, totalizando R\$ 5,549 bilhões. Desconsiderando a receita de construção e outros efeitos, a linha chegou a R\$ 4,897 bilhões, alta de 60,7%. A dívida líquida da empresa totalizava R\$ 13,3 bilhões ao fim de março, leve queda de 1,4% ante o nível verificado no término de 2017. Com isso, a alavancagem da companhia, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda nos últimos 12 meses, recuou de 4,38 vezes em dezembro do ano passado para 3,98 vezes em março.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Renato Rostás | De São Paulo**Título:** Alumínio cai na LME após recuo dos EUA

A sinalização dos Estados Unidos de afrouxar as sanções que impôs contra o russo Oleg Deripaska, controlador da Rusal, fez o alumínio reverter parte dos ganhos que havia registrado nas semanas passadas. A perspectiva de falta do metal no mundo - a Rusal é a segunda maior produtora do planeta - havia causado valorização de quase 33% até a máxima da quinta-feira, de US\$ 2.600.

Ontem, contudo, os contratos futuros de três meses do alumínio fecharam em queda de 7% na Bolsa de Metais de Londres (LME), para US\$ 2.295 a tonelada. No pior momento do dia, os derivativos chegaram a perder 20%.

O Tesouro americano anunciou uma extensão dos prazos iniciais para que empresas americanas e de aliados deixassem de fazer negócios com a Rusal, para outubro. Além disso, informou que aliviaria qualquer sanção caso houvesse a venda da participação de controlador de Oleg Deripaska na metalúrgica russa.

Para a consultoria de commodities INTL FCStone, é provável que toda a alta anterior do metal seja revertida, à medida que se percebe que as sanções não afetarão o suprimento do metal primário pela Rusal. "As 5 milhões de toneladas de produção que uma semana atrás eram 'radioativas' não mais o serão", diz o analista Edward Meir.

A Rusal fabrica 6% do alumínio no mundo e, excetuando a China, é a maior produtora. Após fechamentos de capacidade chinesa em 2017 e com essa possibilidade de exclusão do mercado, já se calculava um déficit de fornecimento. Além disso, se os EUA vão esperar até outubro para as empresas entrarem em conformidade com as restrições e admitem um afrouxamento, o analista da FCStone diz que os investidores parecem se dar conta de que não há perigo iminente disse se resvalar no níquel.

A também russa Norilsk Nickel, vice-líder mundial em níquel, tem um quarto do capital nas mãos de Deripaska. Na semana passada, os preços do metal subiram 13%, para além de US\$ 16 mil a tonelada. Ontem, tiveram retração de 4%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Adriana Cotias | De São Paulo

Título: Sinergia V, da Fator, vira fundo de ações convencional

Por Adriana Cotias | De São Paulo O Sinergia, da Fator Administração de Recursos (FAR), família que foi uma das precursoras dos fundos de "Pipe" (sigla em inglês para "private investment in public equity") no Brasil em 1997, se transformou num condomínio aberto e ficou mais parecido com as carteiras de ações convencionais. Com a reabertura do fundo em janeiro para novas captações, a carteira praticamente dobrou o número de cotistas e trouxe mais R\$ 4 milhões para o portfólio, que hoje reúne patrimônio de R\$ 177,5 milhões.

MME / ASCOM .